

Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês

O Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês foi estabelecido em 2008, de acordo com a meta de acesso do Plano Estratégico do Poder Judiciário, e está encarregado de “eliminar barreiras linguísticas encontradas por indivíduos com proficiência limitada em inglês, tanto no acesso à informações e procedimentos como nas instalações do Poder Judiciário.” O Comitê é co-presidido pela Ministra Maria Araujo Kahn e Alejandra Donath, Gerente da Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução (ITS - na sigla em inglês), e é constituído pelos seguintes membros¹:

Troy Brown

Karen Chorney

Richard Loffredo

Eduardo Palmieri

Katharine Casaubon (Consultora de Serviços Jurídicos)

Melanie Kerr (Funcionária de Apoio)

A crise econômica que tem consumido o Estado de Connecticut persistiu em 2017. Apesar dessas dificuldades, o compromisso do Judiciário de assegurar que indivíduos com proficiência limitada em inglês tenham condições de acessar suas instalações, procedimentos, serviços e informações continuou a ser uma prioridade.

Em 2017, o ITS recebeu aproximadamente 45.000 requisições para fornecer assistência linguística oral presencial em 75 línguas/dialetos diferentes e acima de 15.000 requisições para fornecer serviços de interpretação telefônica em 45 línguas/dialetos diferentes. Além disso, em 2017, o ITS traduziu 159 formulários distintos do Poder Judiciário como também 102 documentos relacionados a causas específicas.

Este relatório serve como uma atualização do trabalho do Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês no ano de 2017.

¹O Comitê gostaria de reconhecer a advogada Michelle Fica, dos Serviços Jurídicos de Connecticut. Sua presença e participação nas reuniões do Comitê têm sido de valor inestimável.

Iniciativas Constantes

Neste último ano, na tentativa de assegurar que indivíduos com proficiência limitada em inglês possam acessar o sistema judiciário em Connecticut, o Comitê tem trabalhado nas seguintes áreas:

Treinamento contínuo sobre indivíduos com Proficiência Limitada em Inglês (LEP- na sigla em inglês)

Em 2008, o Judiciário desenvolveu um programa obrigatório de treinamento sobre indivíduos com LEP para todos os funcionários, o qual fornece informações sobre os requisitos federais, esclarece o papel do intérprete, e especifica como obter serviços de assistência linguística e tradução. Esse programa também oferece treinamento de sensibilidade cultural. Mais de 2.000 funcionários já participaram desse programa de meio-período.

Em 2017, iniciou-se o processo de transição do treinamento sobre indivíduos com LEP para o formato a distância. Este curso de 75 minutos fornece um resumo das obrigações do Judiciário de prover serviços às pessoas com LEP, esclarece o papel do intérprete, as diferenças entre o intérprete e o tradutor e explica a maneira de obter assistência linguística 24 horas por dia, sete dias na semana. Desde o seu lançamento, mais de 3.300 funcionários já participaram do curso.

O Judiciário também oferece aos seus prestadores de serviços um programa de treinamento sobre direitos civis. Esse programa contém um componente sobre LEP, para que prestadores de serviços entendam as obrigações do Judiciário, como também as suas próprias obrigações de prover acesso significativo à pessoas com proficiência limitada em inglês. Em 2017, uma sessão de treinamento foi oferecida com a participação de 17 prestadores de serviços. O Comitê sobre LEP está desenvolvendo um treinamento a distância para as entidades conveniadas pelo Poder Judiciário as quais proveem serviços a seus interessados com LEP.

O treinamento sobre indivíduos com LEP foi oferecido tanto aos Juízes quanto aos Juízes Auxiliares da Vara de Família para Execução de Alimentos, no ano de 2013. Desde então, esse treinamento tem sido incorporado ao programa de orientação para novos juízes fornecido a todos os recém nomeados. Em 2017, 13 juízes foram nomeados e receberam treinamento sobre pessoas com LEP.

Questões relacionadas à proficiência limitada em inglês e à obrigação de prover serviços fazem parte de um treinamento mais abrangente oferecido pelos Ministros Maria Araujo Kahn e Richard Robinson. O treinamento também trata de viés implícito, competência cultural e da Lei para Americanos com Deficiência. Em 2017, a Ministra Kahn e o Ministro Robinson ofereceram esse treinamento aos integrantes da Procuradoria Geral e aos juízes e funcionários da Suprema Corte Estadual e do Tribunal de Justiça Estadual.

Documentos Essenciais

A constante identificação e tradução de documentos essenciais continua sendo uma prioridade do Comitê sobre LEP e do Judiciário. Em 2013, o Administrador Geral do Tribunal solicitou que os Diretores Executivos do Poder Judiciário identificassem os documentos essenciais utilizados por suas Divisões. Em 2017, o Administrador renovou esse pedido. A Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução continua o processo de tradução destes documentos para o espanhol, polonês e português. Em 2017, 159 documentos foram traduzidos para o espanhol, polonês e português.

Serviço Telefônico Bilingue

O Poder Judiciário contratou serviços de assistência linguística por telefone (TBS), os quais permitem aos funcionários e indivíduos com proficiência limitada em inglês preencher a lacuna do idioma e comunicar-se através do uso de um telefone.

Os serviços telefônicos bilingue estão disponíveis em mais de 150 idiomas, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Estão disponibilizados em todas as instalações do Poder Judiciário e também aos funcionários trabalhando em outras localidades, via telefone celular, quando necessitam comunicar-se com indivíduos com proficiência limitada em inglês. Este serviço foi utilizado mais de 15.000 vezes em 45 línguas/dialetos diferentes no ano de 2017.

Atualização da Página da Internet do Poder Judiciário

A grande maioria de requisições para intérpretes continua a ser para a língua espanhola (aproximadamente 88%). As próximas línguas mais requisitadas são polonês e português (aproximadamente 3% cada). Consequentemente, o Poder Judiciário continua a traduzir suas páginas da internet para o espanhol, português e polonês.

Interpretação Remota por Vídeo

Um programa piloto foi lançado em 2016 o qual permite a interpretação remota por vídeo entre os escritórios. A Comarca de New Britain foi a localização selecionada para o lançamento. Desde outubro de 2016, inúmeras entrevistas entre os funcionários do Poder Judiciário e indivíduos com proficiência limitada em inglês nos escritórios de suspensão condicional da vara da infância, suspensão condicional para adultos e serviços de relações familiares têm ocorrido utilizando-se da tecnologia de interpretação remota por vídeo. Através deste programa piloto, o Poder Judiciário está analisando a viabilidade de expandir o uso da interpretação remota por vídeo por seus intérpretes certificados em uma variedade de situações. Esta tecnologia, se viável,

poderá ser utilizada em outros locais e situações para promover a prestação de serviços de interpretação de maneira eficiente e em tempo hábil.

Plano de Acesso Linguístico

O Comitê sobre LEP revisou e atualizou o Plano de Acesso Linguístico do Poder Judiciário o qual foi em seguida aprovado pelo Administrador Geral do Tribunal e está disponível em inglês, espanhol, polonês e português no site do Poder Judiciário.

Informação dos Direitos Constitucionais

Em 2012, um programa piloto foi desenvolvido no qual a informação dos direitos constitucionais fornecida pelos Juízes Auxiliares da Vara de Família para Execução de Alimentos foi traduzida para o espanhol e gravada em um DVD. Em vez de utilizar um intérprete ao vivo para informar dos direitos constitucionais, o vídeo pré-gravado é reproduzido na sala de audiência imediatamente após o aviso do Juiz Auxiliar. O sucesso desse programa piloto levou à sua implantação em 2014, em âmbito estadual.

Em 2017, o Comitê sobre LEP desenvolveu uma pesquisa de opinião dos interessados envolvidos com a Vara de Família para Execução de Alimentos sobre o desempenho do programa e se este deverá ser implementado em outros tipos de causas. A maioria do *feedback* foi positiva. O programa continuará sendo utilizado na Vara de Família para Execução de Alimentos, porém determinou-se que a quantidade de recursos e a logística envolvidas na pré-gravação da informação dos direitos constitucionais tornam a expansão do programa inviável neste momento.

Planos Futuros

O Comitê reconhece a necessidade contínua do Poder Judiciário de prover acesso às suas instalações, seus procedimentos e informações a todos os indivíduos com proficiência limitada em inglês. No próximo ano, o Comitê pretende concentrar-se nas seguintes áreas:

Documentos Essenciais

A tradução de documentos essenciais é uma iniciativa importante que está em andamento desde 2013. A Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução continua o processo de tradução dos documentos essenciais para espanhol, polonês e português.

O Comitê sobre LEP analisará a melhor forma de informar os funcionários do Poder Judiciário sobre os documentos que tenham sido traduzidos.

No próximo ano, o Comitê irá colaborar com a Divisão de Relações Externas para atualizar o público e os interessados sobre a disponibilidade de novos documentos essenciais que tenham sido traduzidos.

Interpretação Remota por Vídeo

O Comitê também continuará a trabalhar com a Divisão de Tecnologia e Informação do Judiciário e com a Divisão de Serviços de Suporte aos Juízes para desenvolver o programa piloto de interpretação remota por vídeo para procedimentos judiciais no fórum de New Britain. Isto permitirá que um intérprete permanente da língua espanhola, localizado no escritório central do ITS em Hartford, possa estar presente em uma sala de audiências por meio de tecnologia de vídeo para fornecer serviços de assistência linguística. Ao utilizar esta tecnologia, o Judiciário otimizará os serviços de seus intérpretes eliminando o tempo de deslocamento a um local onde não houver um intérprete. Também permitirá que o ITS otimize os serviços de seus intérpretes permanentes altamente treinados e qualificados. Portanto, essa é uma maneira mais conveniente e eficiente de se oferecer os serviços de assistência linguística.

O Comitê sobre LEP irá rever o *feedback* no que tange ao programa piloto de interpretação remota por vídeo a ser lançado no fórum de New Britain. Dependendo dos resultados do *feedback*, o Comitê irá procurar expandir o programa para outros fóruns.

Treinamento

O treinamento sobre questões de LEP é uma prioridade contínua do Comitê sobre LEP e do Judiciário. O Comitê sobre LEP analisará meios diferentes de prover oportunidades adicionais de treinamento aos funcionários do Poder Judiciário, incluindo tutoriais práticos de como acessar os serviços telefônicos bilingues e de como utilizar interpretação telefônica em uma sala de audiência.

O Comitê sobre LEP desenvolveu e implementará um módulo de treinamento à distância para os prestadores de serviços contratados pelo Poder Judiciário. Em conformidade com seus contratos, todos os provedores que oferecem serviços diretos ao Judiciário participarão deste treinamento obrigatório.

Os ministros Kahn e Robinson continuarão a fornecer o programa de treinamento sobre LEP, Competência Cultural, Viés Implícito e ADA às organizações e agências que interagem com o Poder Judiciário. Em 2018, espera-se que o treinamento seja oferecido aos promotores de justiça e aos defensores públicos.

Divulgação

O Comitê sobre LEP irá criar uma conta de e-mail a qual permitirá que os interessados ofereçam sugestões a respeito de como o Poder Judiciário pode atender melhor às necessidades da população com LEP. Essa conta de e-mail será adicionada à página da internet sobre LEP do Judiciário e será divulgada às agências que trabalham com essa população.

Além disso, o Comitê recentemente atualizou seu banco de dados de todas as entidades, inclusive as organizações comunitárias que atendem ou trabalham com pessoas com LEP. O Comitê sobre LEP buscará a contribuição dessas entidades para que possa determinar se há outras melhorias que possam ser feitas.

Avaliação do Site

O Comitê sobre LEP irá avaliar sua própria página e a página do Poder Judiciário sobre LEP na internet para determinar se há alguma melhoria que possa ser feita para torná-las de mais fácil utilização.

DIVISÃO DE SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO
RELATÓRIO ANUAL DE ESTATÍSTICAS, ANO 2017

A ITS dispõe assistência linguística ao vivo e a TBS dispõe assistência linguística por telefone

IDIOMA	ITS	TBS
Africâner	1	
Línguas afro-asiáticas (amárico, somali, trigrínia)	44	13
Línguas akan (akan, twi)	21	
Albanês	220	45
Línguas árabes (árabe/árabe marroquino/ árabe egípcio/árabe levante)	400	75
Armênio	11	1
Línguas bálticas (lituano)	9	
Bósnio/croata/sérvio	20	4
Búlgaro	2	
Birmanês/karen	26	13
Cambojano	14	2
Mandarim/cantonês/taishanês/fuzhou	514	115
Crioulos baseados no inglês (guianês, crioulo jamaicano, krio)	18	
Checo-eslovaco	21	
Francês/francês canadense/crioulo haitiano	641	30
Georgiano	6	2
Alemão	11	1
Grego	16	
Hebraico	2	
Húngaro	39	2
Línguas indígenas da América Central (quiché)	12	
Línguas indígenas da América do Sul (quíchua)	1	1
Línguas indo-iranianas/índicas (azerbaidjano, dari, bengalês, guzerate, hindi, panjabi, urdu, cingalês, nepalês, curda, persa, maialaia, pastó, tâmil, telugo)	369	85
Italiano/siciliano	59	9
Japonês	14	1
Coreano	160	20
Laociano	64	8
Línguas malaio-polinésias (tagalog, indonésio, malaio)	19	3
Línguas nigero-congolesas (quiniaruanda, suaíli, uolof)	32	14
Polonês	1141	130
Português/cabo-verdiano	1640	258
Romeno	57	3
Russo	128	65
Espanhol	38868	14275
Tailandês	36	9
Tibetano	13	
Turco	59	8
Ucraniano	103	21
Vietnamita	156	66
	44966	15269